

Jumil

jumil.com.br



JUMIL - JUSTINO DE MORAIS IRMÃOS S/A

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanco patrimonial	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

Apresentamos aos nossos acionistas e ao mercado o relatório da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

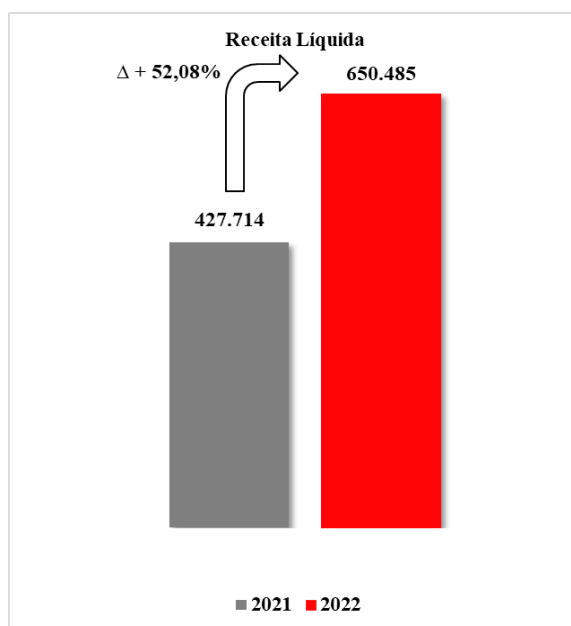
Conjuntura

O ano de 2022 foi marcado por resultados econômicos/financeiros, positivos e recordes. O plano estratégico definido, com foco em plantio, capacidade produtiva instalada e uma gradual normalização da cadeia de suprimentos, pós pandemia, permitiu potencializar a captura das oportunidades geradas por uma forte demanda do mercado agrícola. A Jumil veem recuperando e conquistando *market share*, com resultados crescentes.

Aspectos econômicos e financeiros

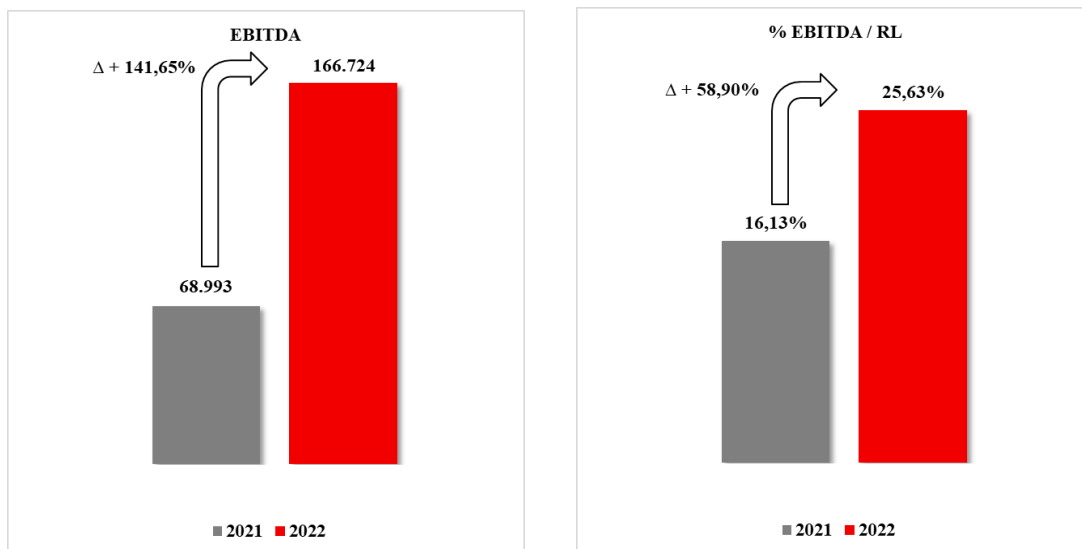
Receita

A receita operacional líquida (ROL) anual foi de R\$ 650.485 (+52,08% em relação à 2021, R\$ 427.714), sendo R\$ 324.071 no 1º semestre e R\$ 326.414 no 2º semestre. A distribuição linear da ROL foi um fator decisivo na geração dos resultados, que combinados com uma melhor gestão do Ciclo Financeiro reduziu a Necessidade de Capital de Giro para financiar o crescimento, gerando forte Fluxo de Caixa Operacional.



EBITDA

O EBITDA nominal foi de R\$ 166.724 (em 2021, R\$ 68.993) e a margem EBITDA foi de 25,63% (em 2021, 16,13%), representando um crescimento nominal de R\$ 97.731 com um aumento percentual de 141,65% em comparação ao ano de 2021.



Marcos estratégicos

Dando continuidade ao processo de saneamento e eliminação de contingências, a Companhia obteve conquistas importantes em 2022 no que tange à redução do endividamento, pagamento e parcelamento de impostos e tributos, e recuperação de certidões negativas de débitos.

INSS e parcelamento IRPJ/CSLL

Em 2022 a Companhia realizou a adesão ao programa do Governo Federal do quita PGFN realizando amortização de 70% do saldo devedor de INSS com ativo diferido e saldo residual 30% em seis parcelas mensais, onde já foram pagas duas em 2022 restando quatro parcelas para 2023 e realizou o parcelamento do IRPJ/CSLL, desta forma os valores foram reclassificados novamente para a rubrica de Parcelamentos de contribuições em circulante e não circulante.

Redução do Endividamento Financeiro

A consistente geração de caixa livre permitiu reduzir significativamente o endividamento de curto prazo da Companhia e melhorar substancialmente sua Estrutura de Capital. O endividamento total foi reduzido em R\$ 57.395 (de R\$ 152.189 para R\$ 94.794), cuja maior parte, R\$ 57.670, foi destinada à liquidação da dívida de curto prazo para capital de giro, de custos mais elevados, com significativo e subsequente impacto na redução das despesas financeiras para o ano 2023, decorrentes dessas operações. O indicador Dívida Líquida / EBITDA encerrou o ano em 0,40x e o indicador de Liquidez Corrente encerrou em 1,59.

Recuperação de Impostos

Um fator extremamente importante para a redução da necessidade de capital de giro, com consequente elevação do fluxo de caixa operacional foram as recuperações de créditos de impostos indiretos, a partir do mês de março/2022. O total recuperado foi de R\$ 16.512.

Inovação

Produtos - O programa de inovação foca no desenvolvimento de novos produtos, melhoria contínua dos produtos existentes e dos processos industriais. No ano de 2022 fizemos importantes avanços, com destaque para o lançamento da Semeadora Adubadora JM5035 GARRA, para o plantio de culturas de inverno e de coberturas. Além deste, iniciamos a fase de validação de outros três novos produtos para serem lançados em 2023.

Serviços – A Jumil Serviços, o novo modelo de negócios da Jumil, está em fase de consolidação, a fim de sustentar os serviços relacionados aos produtos já entregues e criar demandas futuras, com o fortalecimento ainda maior da marca Jumil.

Perspectivas

Do ponto de vista da produção e renda, a expectativa é que a safra 2022/23 que começou a ser plantada em agosto de 2022 entregue uma produção acima de 310 milhões de toneladas (estimativa da Conab), com preços da soja e do milho sustentados acima da média histórica, devendo manter a margem EBITDA do produtor acima de 40%.

Do ponto de vista do investimento em máquinas e implementos, o ano de 2023 deverá ser mais desafiador, dado que a taxa básica de juros (Selic) que está em 13,75% a.a. deve se manter elevada durante todo o período, acreditamos ser um ano de investimentos em manutenção da eficiência operacional, mais que expansão de áreas.

Ainda assim e após colheitas, acreditamos que 2023 trará à Companhia boas oportunidades de seguir conquistando maior participação de mercado. No front econômico-financeiro, os principais objetivos serão a preservação das margens, patrimônio humano, a geração de caixa e a redução do endividamento, consolidando a adequação da estrutura de capital.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Batatais -São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da receita dos produtos vendidos – Corte da receita

Veja as Notas explicativas nº 6.b e 25 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em virtude da diversificação da carteira de clientes da Companhia e a necessidade de que as receitas de vendas sejam reconhecidas, dentre outros requerimentos descritos na nota explicativa nº 6.b, a partir do momento em que a Companhia efetua a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias e que envolvem relevante controle logístico implementado pela Companhia para monitoramento das entregas de mercadorias que incluem a obtenção de evidências quanto aos respectivos aceites pelos clientes, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria tendo em vista que, são realizadas vendas de valores expressivo e, em decorrência da logística de entrega, pode haver um intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas e a efetiva transferência dos riscos e benefícios.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Teste documental de amostra representativa de notas fiscais e comprovantes de entrega, a fim de corroborar a aderência do relatório que demonstra as notas fiscais faturadas e não entregues no período. Tal relatório é base para o cálculo de estorno da receita;- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia para estornar as receitas de vendas faturadas e não entregues no período contábil adequado;- Testes extensivos de corte de vendas, e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva entrega ocorridas durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; e- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos o valor contabilizado de receita como aceitável, no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Balança patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	8	27.427	6.494	Fornecedores	17	8.464	24.299
Contas a receber de clientes	10	71.447	56.000	Empréstimos e financiamentos	18.a	24.517	76.030
Estoques	11	59.817	55.525	Debêntures	18.b	9.217	9.051
Adiantamentos a fornecedores		5.044	4.012	Salários e encargos sociais	19	8.151	9.511
Tributos a recuperar	12	4.470	11.777	Comissões a pagar		9.025	6.790
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		152	-	Tributos a recolher		2.139	156
Demais contas a receber		3.773	3.035	Imposto de renda e contribuição social a recolher		5.749	11.479
Total do ativo circulante		172.130	136.843	Parcelamentos e contribuições	19 (a)	10.900	4.881
Não circulante				Adiantamentos de clientes	20	5.141	10.180
Realizável a longo prazo				Provisões para garantias		1.956	1.385
Titulos e valores mobiliários	9	477	1.018	Dividendo a pagar	24 (b)	13.155	149
Tributos a recuperar	12	18.858	28.063	Outras contas a pagar	21	9.808	2.887
Empréstimos com partes relacionadas	13	11.081	6.892	Total do passivo circulante		108.222	156.798
Tributos diferidos	23	13.161	39.766	Não circulante			
Demais contas a receber		1.901	1.481	Empréstimos e financiamentos	18.a	20.393	15.133
Total do realizável a longo prazo		45.478	77.220	Debêntures	18.b	40.667	51.975
Investimentos	14	70	72	Provisões para contingências	22	1.043	479
Outros investimentos		338	310	Provisão para perda com investimentos	14	1.496	1.437
Imobilizado	15	58.967	53.246	Parcelamentos e contribuições	19 (a)	22.935	24.508
Intangível	16	5.279	6.719	Outras contas a pagar	21	2.990	3.709
Total do ativo não circulante		110.132	137.567	Total do passivo não circulante		89.524	97.241
Total do ativo		282.262	274.410	Patrimônio líquido			
				Capital Social	24	36.194	36.194
				Reserva legal		3.029	-
				Ações em tesouraria		6	6
				Ajuste de avaliação patrimonial		2.123	2.218
				Reservas de lucros		43.164	-
				Prejuízos acumulados		-	(18.047)
				Total do patrimônio líquido		84.516	20.371
				Total do passivo		197.746	254.039
				Total do passivo e patrimônio líquido		282.262	274.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações do resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receitas líquidas de vendas e serviços prestados	25	650.485	427.714
Custo das vendas e serviços	26	<u>(383.978)</u>	<u>(308.029)</u>
Lucro bruto		266.507	119.685
Despesas gerais e administrativas	27	(28.766)	(16.365)
Despesas com vendas	27	(79.379)	(49.438)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	<u>2.049</u>	<u>10.867</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>160.411</u>	<u>64.749</u>
Receitas financeiras	29	6.094	2.815
Despesas financeiras	30	<u>(47.762)</u>	<u>(18.712)</u>
Resultado financeiro		<u>(41.668)</u>	<u>(15.897)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	14	<u>(60)</u>	<u>(227)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>118.683</u>	<u>48.625</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(28.860)	(11.413)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	<u>(11.290)</u>	<u>(6.180)</u>
		<u>(40.150)</u>	<u>(17.593)</u>
Resultado do exercício		<u><u>78.533</u></u>	<u><u>31.032</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Resultado do exercício	78.533	31.032
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>78.533</u>	<u>31.032</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Morais, Irmãos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Adiantamento futuro aumento capital	Reserva Legal	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Constituição reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020		36.194	59.355	-	6	3.027	-	(115.792)	(17.210)
Aumento de capital conforme AGE de 29 de novembro de 2021	24 a)	65.995	(59.355)	-	-	-	-	-	6.640
Redução de capital social conforme AGE de 29 de novembro de 2021	24 a)	(91)	-	-	-	-	-	-	(91)
Absorção de prejuízos acumulados com capital social conforme AGE de 29 de novembro de 2021	24 a)	(65.904)	-	-	-	-	-	65.904	-
Realização da reserva de reavaliação	24 c)	-	-	-	-	(809)	-	809	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	31.032	31.032
Em 31 de dezembro de 2021		36.194	-	-	6	2.218	-	(18.047)	20.371
Realização da reserva de reavaliação	24 c)	-	-	-	-	(95)	-	95	-
Juros sobre o capital próprio	24 b)	-	-	-	-	-	-	(1.233)	(1.233)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	78.533	78.533
Constituição da reserva legal	24 b)	-	-	3.029	-	-	-	(3.029)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	24 b)	-	-	-	-	-	-	(13.155)	(13.155)
Constituição reservas de lucros		-	-	-	-	-	43.164	(43.164)	-
Em 31 de dezembro de 2022		36.194	-	3.029	6	2.123	43.164	-	84.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		118.683	48.625
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	15 / 16	6.313	4.573
Perdas por redução ao valor recuperável de clientes	10	(1.896)	(892)
Provisão de juros fornecedores em atraso	17	480	(29)
Ajuste a valor presente	10	1.032	138
Ajuste a valor justo contrato cessão de direitos creditórios		-	-
Constituição de provisão para garantias		571	788
Constituição de provisão para contingências	22	564	308
Provisão (reversão) para perdas em estoques	11	49	(269)
Resultado de equivalência patrimonial		60	227
Resultado na venda de imobilizado	15	(563)	(214)
Juros apropriados - Empréstimos e financiamentos	18.a	21.904	16.326
Juros apropriados - Debêntures	18.b	8.329	4.816
		155.526	74.397
Variações no capital circulante:			
Contas a receber de clientes	10	(14.582)	(28.624)
Estoques	11	(4.341)	(25.781)
Adiantamento a fornecedores		(1.032)	(534)
Tributos a recuperar	12	16.512	(12.578)
Outros recebíveis		(1.158)	(1.452)
Fornecedores	17	(16.315)	4.238
Salários, encargos sociais e parcelamentos de encargos sociais	19	18.399	(6.258)
Adiantamento de clientes	20	(5.039)	(6.468)
Outras obrigações		10.421	6.654
		158.391	3.594
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(34.742)	455
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	18.a	(23.920)	(17.330)
Juros pagos sobre debêntures	18.b	(8.163)	(3.412)
		91.566	(16.693)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado	15	(10.390)	(5.927)
Aquisições de ativo intangível	16	(558)	(689)
Recebimento (aplicação) de títulos e valores mobiliários	9	541	(364)
Aumento de outros investimentos		(28)	(10)
Recebimento pela venda de imobilizado		917	2.082
Empréstimos parte relacionadas	18	(4.189)	(1.957)
		(13.707)	(6.865)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos	18.a	441.019	422.168
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18.a	(484.983)	(390.290)
Pagamento de debêntures	18.b	(11.307)	(4.392)
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas	18.a	(274)	(4.270)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.382)	-
		(56.927)	23.216
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos			
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	8	20.932	(342)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	6.494	6.836
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		27.427	6.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Jumil – Justino de Morais, Irmãos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Moacyr Dias de Morais, nº 1043, bairro Riachuelo, na cidade de Batatais - SP, constituída em 1936, que tem como objetivo fornecer equipamentos agrícolas de plantio, peças de reposição, serviços de assistência técnica correlacionados e fundidos de metais ferrosos. A Companhia é genuinamente brasileira e figura como uma das principais fabricantes de equipamentos agrícolas do país.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 11** - mensuração da provisão para perdas em estoque;
- **Nota explicativa nº 15 e 16** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa nº 22** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 23** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira.

a. Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

(i) *Venda de bens – equipamentos agrícolas e peças fundidas para terceiros*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Companhia determinou que, para o equipamento produzido sob encomenda, o cliente controla todos os trabalhos em andamento à medida que os produtos são fabricados. Isso ocorre porque, de acordo com esses contratos, os equipamentos são feitos de acordo com as especificações do cliente e, se um contrato for rescindido pelo cliente, a Companhia terá direito ao reembolso dos custos incorridos até a data, incluindo uma margem razoável. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais.

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que há o faturamento de produtos conforme pedidos devidamente aprovados pela diretoria comercial, transmitidos pelos clientes, distribuidores e representantes.

(ii) *Venda de bens – peças de reposição e acessórios*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no pedido com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Tendo em vista o volume e pulverização das suas vendas e a relevância do respectivo valor registrado em suas demonstrações financeiras, a Companhia ao final do ano controla a confirmação da entrega dos produtos para o registro contábil dessas receitas no correto período de competência. A determinação do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da Administração da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Descontos concedidos e descontos obtidos;
- Variações cambiais ativas e passivas;
- Tarifas bancárias;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- Juros e atualizações sobre outros ativos e passivos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos, de acordo com o CPC 32 “Tributos Diferidos” o passivo diferido será reconhecido quando for provável a liquidação do valor contábil do ativo que tornará futuros pagamentos de tributos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Investimentos

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. A Companhia possui o controle nas investidas, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado nas vidas úteis dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis dos itens de imobilizado, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edifícios e benfeitorias	10 a 60
Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 a 60
Instalações industriais	5 a 60
Veículos e equipamentos de transporte	10 a 25
Móveis e utensílios	5 a 60
Processamento de dados	5 a 15

h. Ativos intangíveis

Reconhecimento e Mensuração

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A partir de janeiro de 2014 a Companhia passou a capitalizar os custos com novos projetos para desenvolvimento e inovação (PD&I). Esses projetos são capitalizados pelos gastos despendidos na fase de desenvolvimento do produto. Os custos dos projetos são amortizados durante a vida útil de geração de benefício futuro do projeto, analisado pelo departamento de engenharia. Caso ocorra a descontinuidade do projeto, os gastos capitalizados são integralmente baixados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 a 15 anos
Desenvolvimento e inovação	10 anos

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. *Capital social*

(i) *Ações ordinárias*

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(ii) *Ações preferenciais*

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido.

Nos termos do estatuto social as ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, serão atribuídas as seguintes vantagens: i) prioridade na distribuição do dividendo, fixo ou mínimo, de 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e ii) em prioridade no reembolso do capital; com prêmio ou sem ele.

k. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são calculadas por uma taxa média, dos valores recebidos de acordo com a idade dos títulos dos últimos 5 anos.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de, após cobranças amigáveis sem êxito enviar os títulos para cobrança externa e baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro for considerado incobrável e esgotarem todas as possibilidades de recebimento. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados como passivo não circulante.

o. Resultado abrangente

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia não realizou operações qualificáveis para apresentação das demonstrações do resultado abrangente, porém a Companhia está apresentando a referida demonstração.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciem em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

b. Imposto diferido não relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de Seguros (CPC 50);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixas e bancos	7.118	2.834
Certificados de Depósito Bancário – CDB	<u>20.309</u>	<u>3.660</u>
	<u>27.427</u>	<u>6.494</u>

Os montantes aplicados em CDB e fundos DI possuem liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de mudança de valor e são remunerados a uma taxa média próxima ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário de aproximadamente 100% do CDI.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

9 Títulos e valores mobiliários

	2022	2021
Aplicação financeira	<u>477</u>	<u>1.018</u>

Os títulos de capitalização são remunerados a uma taxa média próxima ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário de aproximadamente 100% do CDI.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na nota explicativa nº 31.

10 Contas a receber de clientes

	2022	2021
Contas a receber de clientes mercado interno	58.317	50.282
Contas a receber de clientes mercado externo	14.270	8.754
Perdas por redução ao valor recuperável de clientes	<u>(1.140)</u>	<u>(3.036)</u>
	<u>71.447</u>	<u>56.000</u>

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou uma perda de recebimento de créditos incobráveis no valor de R\$ 2.830 (R\$754 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou o cálculo do ajuste a valor presente no valor de R\$ 1.170 (R\$ 138 em 2021) sobre os saldos a vencer de contas a receber, considerando a taxa de desconto que representa o custo de capital.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na nota explicativa nº 31.

11 Estoques

	2022	2021
Produtos acabados	7.690	1.723
Materiais diretos de fabricação	19.639	33.510
Produtos em elaboração	32.994	20.499
Materiais indiretos de fabricação	962	1.270
Embalagens e outros	96	38
Provisão para perdas em estoques (i)	<u>(1.564)</u>	<u>(1.515)</u>
	<u>59.817</u>	<u>55.525</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

- (i) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações financeiras.

A movimentação da provisão de perdas é como segue:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(1.515)	(1.784)
Adições	(653)	(508)
Reversões	<u>604</u>	<u>777</u>
Saldo no final do exercício	<u>(1.564)</u>	<u>(1.515)</u>

12 Tributos a recuperar

	2022	2021
ICMS sobre compras de insumos (i)	20.445	29.010
IPI sobre compras (ii)	1.692	4.876
ICMS sobre compras de imobilizado	889	418
PIS e COFINS a recuperar	52	5.179
Outros impostos a recuperar	250	357
	<u>23.328</u>	<u>39.840</u>
No ativo circulante	<u>(4.470)</u>	<u>(11.777)</u>
No ativo não circulante	<u>18.858</u>	<u>28.063</u>

- (i) Referem-se a créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, apurados em aquisições de insumos para produção e acumulados face à desoneração das vendas de máquinas e implementos agrícolas. A Companhia poderá compensar esses créditos ou ressarcir-los mediante o enquadramento aos requisitos da portaria CAT 83/2009 da Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo. Em agosto de 2019, a Companhia se enquadrou aos requisitos exigidos pela referida portaria e, de acordo com as expectativas da própria administração, nenhuma provisão se faz necessária.

Deste montante, temos pedidos protocolados na sistemática de custeio (nos termos da Portaria CAT 83/2009), referentes ao período de março/2017, abril/2017 e setembro/2017, que totalizam cerca de R\$ 62 mil, esses pedidos se encontram em análise na SEFAZ-SP. A elaboração e a entrega dos arquivos digitais, conforme a Portaria CAT 83/2009 (pedidos de crédito na sistemática de custeio) está em andamento e com previsão de liberação de cerca de R\$ 1,5 milhão até o final de 2023, e o restante aproximado de R\$ 18,8 milhões serão compensados ou ressarcidos no decorrer da entrega dos arquivos digitais, referentes ao período de outubro/2017 em diante.

- (ii) A Companhia efetua pedidos de ressarcimento dos saldos de IPI, PIS e COFINS trimestralmente. Em 2022, já foram efetuados pedidos em janeiro, abril, julho e outubro, e esses pedidos estão sendo compensados com outros tributos federais.

b. Recuperação de Impostos

Um fator extremamente importante para a redução da necessidade de capital de giro, com consequente elevação do fluxo de caixa operacional foram as recuperações de créditos de impostos indiretos, a partir do mês de março/2022. O total recuperado foi de R\$ 16.512.

13 Partes relacionadas

Controlador final

Os controladores finais são o, Fabricio Rosa de Moraes com 22,00%, FRM e Filhos Participações LTDA com 22,48% e Patricia R. M. Crivelenti com 44,49% de participação.

Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração, que inclui salários e encargos da diretoria, foi de R\$ 1.261 (R\$ 1.359 em 2021).

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com Companhias controladas:

Ativo não circulante	2022	2021
Fabício Rosa de Moraes (i)	7.246	5.298
Fabício Rosa Moraes e Patricia Rosa Moraes Crivelenti (i)	<u>3.835</u>	<u>1.595</u>
	<u>11.081</u>	<u>6.892</u>
Passivo não circulante (Nota explicativa nº 18)	2022	2021
José Carlos Rodrigues (ii)	1.454	1.741
Patricia Rosa Moraes Crivelenti (ii)	<u>699</u>	<u>686</u>
	<u>2.153</u>	<u>2.427</u>

- (i) Refere-se a mútuos financeiros corrigidos pela TR - taxa referencial, com vencimento em 31 de dezembro de 2025.
- (ii) Refere-se a mútuos financeiros passivo, sem incidência de juros, com vencimento em 31 de dezembro de 2025.

Jumil Transportes e Comércio Ltda.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava saldo a receber da Jumil Transportes e Comércio Ltda. de R\$ 1.852 (R\$ 1.432 em 2021), contabilizados na rubrica de demais contas a receber.

14 Investimentos e provisão para perda com investimentos

a. Informações sobre investimentos

	Quantidade de ações possuídas	Percentual de participação direta	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total de ativos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total de passivos	Patrimônio líquido	Total de receitas	Total de despesas	Prejuízo do exercício
Em 31 de dezembro de 2022												
Jumil Transporte e Comércio Ltda. (i)	343.483	99,91	764	95	859	2.355	-	2.355	(1.496)	880	(938)	(58)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV (ii)	2.850	95,00	99	5	104	33	-	33	70	(2)	-	(2)
Em 31 de dezembro de 2021												
Jumil Transporte e Comércio Ltda. (i)	343.483	99,91	473	99	572	2.010	-	2.010	(1.437)	627	(857)	(230)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV (ii)	2.850	95,00	101	5	106	34	-	34	72	3	-	3

b. Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Jumil Transporte e Comércio Ltda.(i)	(1.437)	(58)	(1.496)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV(ii)	72	(2)	70
	<u>(1.365)</u>	<u>(60)</u>	<u>(1.426)</u>
	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Jumil Transporte e Comércio Ltda.(i)	(1.207)	(230)	(1.437)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV(ii)	69	3	72
	<u>(1.138)</u>	<u>(227)</u>	<u>(1.365)</u>

(i) A controlada Jumil Transporte e Comércio Ltda. foi fundada em 1980, e presta serviços de transportes exclusivamente para a JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

(ii) O investimento na controlada Jumil México Impl. Agrícolas, S De R. L. De CV a diretoria está avaliando a possibilidade de voltar suas atividades em 2023.

15 Imobilizado

	Terrenos	Obras em andamento	Juros sobre obras em andamento	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos ferramentas	Instalações industriais	Veículos e equipamentos de transporte	Moldes, móveis e utensílios	Processamento de dados	Equipamentos em montagem	Total
Em 31 de dezembro de 2020											
Custo total	2.045	843	151	46.141	39.799	5.714	3.250	7.622	2.636	-	108.201
Depreciação acumulada	-	-	-	(15.329)	(26.662)	(3.234)	(3.130)	(5.129)	(2.563)	-	(56.047)
Saldo contábil, líquido	2.045	843	151	30.812	13.137	2.480	120	2.493	73	-	52.154
Em 1º de janeiro de 2021	2.045	843	151	30.812	13.137	2.480	120	2.493	73	-	52.154
Aquisições	-	97	-	40	4.439	-	518	655	98	80	5.927
Alienações/baixas	(528)	(19)	(3)	(2.487)	39	(1.028)	(144)	-	(18)	-	(4.188)
Transferências	-	(824)	(148)	1.287	(833)	(693)	-	1.298	22	(14)	95
Baixa da depreciação	-	-	-	1.532	9	571	144	-	12	-	2.268
Depreciação no exercício	-	-	-	(717)	(1.294)	(228)	(58)	(686)	(27)	-	(3.010)
Saldo contábil, líquido	1.517	97	-	30.467	15.497	1.102	580	3.760	160	66	53.246
Em 31 de dezembro de 2021											-
Custo total	1.517	97	-	45.374	43.461	3.263	3.624	10.196	2.528	66	110.126
Depreciação acumulada	-	-	-	(14.907)	(27.964)	(2.161)	(3.044)	(6.436)	(2.368)	-	(56.880)
Saldo contábil, líquido	1.517	97	-	30.467	15.497	1.102	580	3.760	160	66	53.246
Em 1º de janeiro de 2022	1.517	97	-	30.467	15.497	1.102	580	3.760	160	66	53.246
Aquisições	-	75	-	79	6.907	286	718	1.192	240	892	10.390
Alienações/baixas	-	-	-	-	(46)	-	(639)	-	(5)	(13)	(703)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa da depreciação	-	-	-	-	32	-	313	-	4	-	349
Depreciação no exercício	-	-	-	(824)	(2.397)	(226)	(81)	(725)	(62)	-	(4.315)
Saldo contábil, líquido	1.517	172	-	29.722	19.993	1.162	891	4.227	337	945	58.967
Em 31 de dezembro de 2022											
Custo total	1.517	172	-	45.454	50.322	3.549	3.704	11.387	2.763	945	119.813
Depreciação acumulada	-	-	-	(15.732)	(30.329)	(2.387)	(2.813)	(7.160)	(2.426)	-	(60.846)
Saldo contábil, líquido	1.517	172	-	29.722	19.993	1.162	891	4.227	337	945	58.967

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 22.238 (R\$ 8.890 em 31 de dezembro de 2021) do ativo imobilizado da Companhia corresponde a máquinas e equipamentos e edificações que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras.

16 Intangível

	<i>Software</i>	Desenvolvimento e inovação	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Custo total	6.055	8.849	14.904
Amortização acumulada	(3.411)	(3.857)	(7.268)
Saldo contábil, líquido	2.644	4.992	7.636
Em 1º de janeiro de 2021			
Adições	509	180	689
Transferências	(95)	-	(95)
Baixa da amortização	52	-	52
Amortização	(768)	(795)	(1.563)
Saldo contábil, líquido	2.342	4.377	6.719
Em 31 de dezembro de 2021			
Custo total	6.430	9.029	15.459
Amortização acumulada	(4.088)	(4.652)	(8.740)
Saldo contábil, líquido	2.342	4.377	6.719
Em 1º de janeiro de 2022			
Adições	558	-	558
Amortização	(1.127)	(871)	(1.998)
Saldo contábil, líquido	1.773	3.505	5.279
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo total	6.989	9.028	16.017
Amortização acumulada	(5.215)	(5.523)	(10.738)
Saldo contábil, líquido	1.773	3.505	5.279

Os principais projetos de novos produtos desenvolvidos (iniciados e/ou concluídos) em 2022 foram: 1) Plantadora Transportável CCS 19 a 31 linhas EXPRESSA; 2) Plantadora Adubadora Transportável CCS 15 a 31 linhas TERRA T320; 3) Semeadora Adubadora 35 linhas JM5035PD GARRA; 4) Plantadora Adubadora Intercalar SS 09 linhas ANTECIPE; 5) JM3070PD 13 linhas de 45cm chassi rígido; 6) JM3070PD ART3 15 linhas de 45cm; 7) JM2670/2570PD POP 5.90 depósito único de adubo e sementes; 8) Plantadora Adubadora para exportação 04 a 08 linhas arrasto MAX GLOBAL; 8) Plantadora Adubadora Invicta modelos 10 linhas chassi rígido e 12 linhas com 2 articulações (3 corpos), sem transporte; 9) Controlador de taxa fixa de adubo e sementes por motores elétricos EASYTECH ELECTRIC, expansão para até 23 linhas e unidade geradora de energia; 10) Embreagem de corte linha-a-linha de baixo custo para distribuidor pneumático EXACTA, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Pelotas – UFPel, no modelo Embrapii.

Perda (“impairment”) do ativo intangível

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis poderiam estar acima do valor recuperável.

17 Fornecedores

	2022	2021
Matéria-prima	4.681	17.534
Serviços	2.869	4.180
Energia elétrica	229	128
Matérias uso e consumo	65	150
Transporte	233	857
Manutenção	150	727
Aquisição de materiais para obras em andamento	16	22
Provisão de juros fornecedores em atraso	221	701
	<u>8.464</u>	<u>24.299</u>

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 31.

18 Empréstimos e financiamentos e Debêntures

18.a Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 31 divulga informações adicionais em relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda e liquidez.

Modalidade	Taxa	2022	2021
Capital de giro	3,50% a 5,25% a.a + CDI	36.329	14.836
Capital Fixo - Pré	3,00% a 6,00% a.a	921	1.242
Capital Fixo	3,59% a 3,79% a.a + TJLP	4.789	4.974
FINAME	2,50% a 9,50% a.a	232	4.714
Duplicatas descontadas	31,53% a 36,61% a.a	224	57.894
ACC - Moeda estrangeira	6,46% a 14,03% a.a + variação cambial	262	5.076
Empréstimos com partes relacionadas (Nota explicativa nº 13)		<u>2.153</u>	<u>2.427</u>
		44.910	91.163
No passivo circulante		<u>(24.517)</u>	<u>(76.030)</u>
No passivo não circulante		<u>20.393</u>	<u>15.133</u>

Os empréstimos e financiamentos possuem o seguinte cronograma de vencimentos:

	2022	2021
Até doze meses	24.517	76.030
Um a três anos	17.250	8.386
Quatro a cinco anos	2.852	4.029
Seis a sete anos	291	291
Mais de sete anos	-	2.427
	<u>44.910</u>	<u>91.163</u>

As operações referentes ao FINAME são garantidas pela alienação fiduciária dos bens financiados e as demais operações são garantidas por aval dos acionistas, penhor mercantil e duplicadas a receber.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia aproxima-se do seu valor justo.

Covenants

A Companhia possui algumas obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos e financiamentos:

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	
	2022	2021
Saldos em 1º de janeiro	91.163	64.658
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(484.983)	(390.290)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	(274)	(4.270)
Captação de empréstimos	441.019	422.168
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(44.238)	27.608
Outras variações		
Provisão de juros	21.904	16.227
Pagamento de juros empréstimos	(23.920)	(17.330)
Total de outras variações	(2.016)	(1.103)
Saldo em 31 de dezembro	44.910	91.163

18.b Debêntures

Modalidade	Taxa	2022	2021
Debêntures	3,55% a.a + CDI	49.884	61.026
No passivo circulante		<u>(9.217)</u>	<u>(9.051)</u>
No passivo não circulante		<u>40.667</u>	<u>51.975</u>

As debêntures possuem o seguinte cronograma de vencimentos:

	2022	2021
Até doze meses	9.217	9.051
Dois a três anos	16.015	16.015
Quatro a cinco anos	24.652	35.960
	49.884	61.026

Em abril de 2015, a Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures simples, nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei das S/A. As referidas debêntures não são conversíveis em ações e são da espécie com garantia fidejussória adicional, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Foram emitidas 100 (cem) debêntures, divididas em duas séries, sendo 60 (sessenta) debêntures da primeira série e 40 (quarenta) da segunda série. O valor total da emissão de R\$ 100.000 tem seu vencimento final original em 07 de maio de 2021. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

A referida emissão se destinou à gestão ordinária dos negócios da Companhia, notadamente para o pagamento da dívida existente de curto prazo, incluindo o pagamento antecipado dos contratos financeiros existentes de capital de giro.

No entanto, o saldo devedor de R\$ 49.884 foi negociado um alongamento, em mais cinco anos, até novembro de 2026, com pagamentos trimestrais, lineares de principal e juros. O total das garantias, considerado a reavaliação do imóvel particular rural hipotecado, aproxima-se de R\$ 100.000.

No período de 2022, foram pagos principal e juros no montante de R\$ 19.470 (R\$ 3.412 em 2021) restando um saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 49.884 (R\$ 61.026 em 2021).

Covenants

A Companhia possui algumas obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos e financiamentos:

	Debêntures	
	2022	2021
Saldos em 1º de janeiro	61.026	63.915
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de debêntures	(11.307)	(4.292)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(11.307)	(4.292)
Outras variações		
Provisão de juros debêntures	8.239	4.816
Pagamento de juros debêntures	(8.163)	(3.412)
Total de outras variações	166	1.403
Saldo em 31 de dezembro	49.884	61.026

19 Salários e encargos sociais

	2022	2021
Salários e encargos sociais a pagar	3.300	4.193
Provisão de férias e encargos sobre férias	4.851	5.318
	8.151	9.511

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de salários e encargos sociais a pagar, compreende substancialmente de salários e ordenados a funcionários e as contribuições ordinárias de INSS e FGTS do mês corrente.

- (a) Em 2022 a Companhia realizou o parcelamento do IRPJ/CSLL, desta forma os valores foram reclassificados novamente para a rubrica de parcelamentos de contribuições em circulante e não circulante e o parcelamento do INSS a Companhia realizou a adesão ao programa do Governo Federal do quita PGFN, realizando a amortização de 70% do saldo devedor com o prejuízos fiscais, cujo ativo diferido foi de R\$ 15.314 e saldo residual em seis parcelas onde já foram pagas duas parcelas em 2022 e o restante para 2023.

Estes impostos estão sendo corrigidos de acordo com a legislação vigente.

	2022	2021
Parcelamento INSS (a)	4.526	23.313
Parcelamento FGTS (a)	4.710	6.076
Parcelamento IRPJ/CSLL (a)	24.599	-
	33.835	29.389
No passivo circulante	10.900	4.881
No passivo não circulante	22.935	24.508

20 Adiantamentos de clientes

O saldo de adiantamentos de clientes no montante total de R\$ 5.141 (R\$ 10.180 em 2021) está composto, predominantemente de adiantamentos no montante de R\$ 4.890 (R\$ 6.302 em 2021), de parcelas antecipadas por conta de produtos a serem faturados no prazo de até 60 (sessenta) dias.

21 Outras contas a pagar

	2022	2021
Faturamento antecipado para entrega futura	4.890	-
Carolina Luiza Pippa Tomazella Moraes (ii)	2.804	3.649
Provisões diversas (i)	4.168	2.137
Cabemil	60	46
Rescisão contratual de representante comercial autônomo	61	31
Compra de ações a pagar	50	79
Serviços contratados	28	51
Outros	737	603
	12.798	6.596
No passivo circulante	(9.808)	(2.887)
No passivo não circulante	2.990	3.709

- (i) Referem-se, substancialmente, a provisão para participação nos lucros da diretoria e dos funcionários referente a exercícios anteriores e outros indicadores de *performance* que não exclusivamente lucros.
- (ii) Foi realizado em 14 de agosto 2021 a doação de todo seu crédito de aval do Sr. Rubens Dias de Moraes para Carolina Luiza Pippa Tomazella Moraes conforme instrumento particular de doação.

22 Provisão para contingências

	2022	2021
Em 1º de janeiro	479	171
Estornos de provisões no exercício	(383)	(11)
Adições de provisões no exercício	<u>947</u>	<u>319</u>
Em 31 de dezembro	<u>1.043</u>	<u>479</u>

Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava provisão decorrente de pagamentos de comissões de vendas a pessoas jurídicas prestadoras de serviços no valor de R\$ 969 (R\$ 429 em 2021).

As provisões para contingências referem-se, substancialmente, a processos de natureza trabalhista e cível no valor de R\$ 74 (R\$ 50 em 2021).

A Companhia tem ações de natureza tributária, trabalhista e cíveis que envolvem riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída no valor de R\$ 1.324 (R\$ 375 em 2021).

23 Tributos diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo		Passivo		Utilização de créditos tributários (quitaPGFN) (*)		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	10.396	37.362	-	-	(15.314)	-	(11.651)	(6.943)
Provisão para perda em estoque	532	515	-	-	-	-	17	(92)
Ajuste a valor presente	333	(7)	-	-	-	-	340	14
Provisão para contingências	355	162	-	-	-	-	192	104
Provisão para garantias	665	471	-	-	-	-	194	268
Provisões para comissões dos representantes comerciais	3.069	2.309	-	-	-	-	760	1.016
Provisão por redução ao valor recuperável de clientes	387	1.032	-	-	-	-	(645)	(304)
Variação cambial passiva a realizar	(135)	(237)	-	-	-	-	102	(251)
Provisão para pagamento P.L.R.	1.417	727	-	-	-	-	691	453
Outras	(291)	(14)	-	-	-	-	(278)	(63)
Reserva de reavaliação de imobilizado	-	-	(1.094)	(1.143)	-	-	49	390
Depreciação - diferença entre a depreciação econômica e fiscal	-	-	(2.473)	(1.411)	-	-	(1.063)	(772)
	<u>16.728</u>	<u>42.320</u>	<u>(3.567)</u>	<u>(2.554)</u>	<u>(15.314)</u>	<u>-</u>	<u>(11.290)</u>	<u>(6.180)</u>
(**) Compensação	<u>(3.567)</u>	<u>(2.554)</u>	<u>3.567</u>	<u>2.554</u>	<u>(15.314)</u>	<u>-</u>		
Líquido	<u>13.161</u>	<u>39.766</u>	<u>-</u>	<u>-</u>				

(*) Refere-se ao montante utilizado no Programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrições da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - QuitaPGFN.

(**) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Os ativos diferidos de imposto de renda decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os impostos diferidos ativos, conforme expectativa de lucratividade futura da Companhia, serão realizados em até 2 anos, conforme o quadro de realização abaixo:

Ano	Valor
2023	10.804
2024	5.650
Total	<u>16.454</u>

a. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas da despesa do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	118.683	48.625
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	967	4.228
	<u>119.650</u>	<u>52.853</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota efetiva	(40.681)	(17.970)
Outros ajustes	<u>531</u>	<u>377</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado no exercício	(40.150)	(17.593)
Taxa efetiva	34%	36%
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - Corrente	(28.860)	(11.413)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - Diferido	<u>(11.290)</u>	<u>(6.180)</u>

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais em 31 de dezembro de 2022 no valor nominal de R\$ 19,6394 cada uma, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2022				2021			
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Totais	%	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Totais	%
Patrícia R. M. Crivelenti	405.592	414.442	820.034	44,49	405.592	414.442	820.034	44,49
Fabricio Rosa de Moraes	405.592	-	405.592	22,00	405.592	414.442	820.034	44,49
FRM e Filhos Participações Ltda	-	414.442	414.442	22,48	-	-	-	-
Cabemil	27.143	92.729	119.872	6,50	27.143	92.729	119.872	6,50
Outros acionistas	83.176	-	83.176	4,51	83.176	-	83.176	4,51
Ações em tesouraria	110	-	110	0,01	110	-	110	0,01
Total	921.613	921.613	1.843.226	100,00	921.613	921.613	1.843.226	100,00

Em 18 de agosto de 2022, o Sr. Fabricio Rosa de Moraes transferiu a totalidade de suas ações preferenciais (414.442) à empresa FRM e Filhos Participações Ltda.

b. Dividendos obrigatórios

Conforme determinado no Estatuto Social:

- (i) Do montante do lucro líquido apurado ao final de cada exercício, 25% será destinado aos acionistas (dividendo obrigatório), após sua compensação com eventuais prejuízos acumulados e constituição de reserva legal;
- (ii) Em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas poderão deliberar, por unanimidade, pela distribuição de dividendos em porcentagem inferior a fixada ou mesmo deixar de distribuí-los; e
- (iii) O pagamento de Juros sobre o capital próprio – JCP, que foi distribuído em 09 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 1.233 (R\$ 0 em 2021), será imputado totalmente ao valor do dividendo obrigatório.

	2022
Resultado do exercício	78.533
Absorção de prejuízos acumulados de anos anteriores	(18.047)
Realização da reserva de reavaliação	95
Base de cálculo	<u>60.581</u>
Reserva legal – 5%	(3.029)
Base de cálculo – Dividendos	<u>57.552</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25 %	14.388
(-) Juros sobre capital próprio já distribuídos	(1.233)
Dividendos mínimos obrigatórios a distribuir	13.155

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Corresponde ao saldo da mais valia dos principais grupos de bens do ativo imobilizado (Nota explicativa nº 15). A referida “reserva” está registrada líquida dos efeitos tributários, e será realizada apenas por ocasião das depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens que receberam mais valia de custo atribuído, quando os montantes apurados da realização serão transferidos para lucros acumulados.

25 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de venda de equipamentos agrícolas e peças fundidas para terceiros	742.964	458.205
Receita de venda de peças de reposição e acessórios	50.777	39.891
Receita de serviços	2.139	1.001
Devoluções	(65.252)	(17.618)
PIS	(7.478)	(4.908)
Cofins	(35.768)	(23.442)
ICMS	<u>(36.897)</u>	<u>(25.415)</u>
	<u>650.485</u>	<u>427.714</u>

26 Custos das vendas e serviços

	2022	2021
Consumo de materiais	298.868	240.371
Custo com pessoal	41.974	34.680
Custo ociosidade produtiva com pessoal	8.723	6.919
Custos de depreciação de bens	4.103	4.172
Energia elétrica	5.367	4.703
Industrialização sobre encomenda (ISE)	7.956	5.408
Custo com manutenção	5.641	3.497
Serviços de terceiros	3.971	2.428
Alugueis e arrendamentos	180	96
Custo com logística operacional	496	260
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	2	2
Outros	6.697	5.493
	<u>383.978</u>	<u>308.029</u>

27 Despesas por natureza

	2022	2021
Despesas com pessoal	22.265	13.376
Comissões sobre vendas	39.723	25.266
Impostos, taxas e multas	4.946	6.983
Viagens e representações	5.137	2.716
Fretes	6.186	4.752
Depreciação e amortização	2.210	679
Manutenções	1.695	391
Serviços de terceiros	13.507	6.865
Provisões e reversões	(1.661)	(262)
Publicidade e propaganda	2.838	329
Arrendamentos	719	751
Assistência técnica e garantia	305	66
Perdas por obsolescência e descontinuidade no estoque	2.053	3.181
Seguros	111	104
Outras	8.111	606
	<u>108.145</u>	<u>65.803</u>
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(28.766)	(16.365)
Despesas com vendas	(79.379)	(49.438)
	<u>(108.145)</u>	<u>(65.803)</u>

28 Outras receitas operacionais, líquidas

	2022	2021
Recuperação de despesas (i)	904	968
Resultado na venda de imobilizado	574	8.300
Recuperação de impostos	190	-
SICOOB - Integralização de rateio (Receita)	36	13
Outros	345	1.586
	<u>2.049</u>	<u>10.867</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, a recuperação de créditos de ICMS sobre importações e reembolso de despesas a empregados.

29 Receitas financeiras

	2022	2021
Varição cambial	4.371	2.063
Descontos obtidos	489	130
Rendimento de aplicação financeira	489	445
Receita sobre investimentos temporários	351	157
Outros	394	20
	<u>6.094</u>	<u>2.815</u>

30 Despesas financeiras

	2022	2021
Juros sobre empréstimos bancários	5.180	3.053
Juros sobre debêntures	8.329	4.816
Juros sobre duplicatas descontadas e contribuições e impostos	26.146	7.638
Despesas bancárias diversas	315	725
Varição cambial	5.093	1.693
Outros	2.699	787
	<u>47.762</u>	<u>18.712</u>

31 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2022								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Títulos e valores mobiliários	477	-	-	477	-	477	-	477
Total	477	-	-	477	-	477	-	477
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	27.427	-	27.427	-	-	-	-
Contas a receber	-	71.447	-	71.447	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	11.081	-	11.081	-	-	-	-
Demais contas a receber	-	5.674	-	5.674	-	-	-	-
Total	-	115.629	-	115.629	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	44.910	44.910	-	44.910	-	44.910
Debêntures	-	-	49.884	49.884	-	49.884	-	49.884
Total	-	-	94.794	94.794	-	94.794	-	94.794
Outros passivos financeiros								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	21.262	21.262	-	-	-	-

	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2021								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Títulos e valores mobiliários	1.018	-	-	1.018	-	1.018	-	1.018
Total	<u>1.018</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.018</u>	<u>-</u>	<u>1.018</u>	<u>-</u>	<u>1.018</u>
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.494	-	6.494	-	-	-	-
Contas a receber	-	56.000	-	56.000	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	6.892	-	6.892	-	-	-	-
Demais contas a receber	-	4.516	-	4.516	-	-	-	-
Total	<u>-</u>	<u>73.902</u>	<u>-</u>	<u>73.902</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	91.163	91.163	-	91.163	-	91.163
Debêntures	-	-	61.026	61.026	-	61.026	-	61.026
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>152.189</u>	<u>152.189</u>	<u>-</u>	<u>152.189</u>	<u>-</u>	<u>152.189</u>
Outros passivos financeiros								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	30.895	30.895	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos comitês de crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária e não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Todos clientes são monitorados via SERASA e, em caso de restrições o limite de crédito é suspenso até regularização. Em casos de vendas a prazo é adotado procedimento de emissão de Contrato de Compra e Venda com Reserva de Domínio.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	27.427	6.494
Títulos e valores mobiliários	477	1.018
Contas a receber de clientes	71.447	56.000
Demais contas a receber	5.674	4.516
Empréstimos com partes relacionadas	11.081	6.892
	116.106	74.920
Circulante	(102.647)	(65.529)
Não circulante	13.459	9.391

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes da Companhia na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2022	2021
A vencer	63.990	54.294
Vencidas até 30 dias	1.956	396
Vencidas de 31 a 60 dias	1.155	230
Vencidas de 61 a 90 dias	554	7
Vencidas de 91 a 180 dias	1.275	149
Vencidas de 181 a 365 dias	2.716	-
Vencidas a mais de 365 dias	941	3.963
	72.587	59.036

Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre esses valores não revelou expectativas de perdas em montante superior ao valor provisionado.

	2022	2021
Em 1º de janeiro	3.036	3.928
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(2.830)	(754)
Reversão de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	934	(138)
Em 31 de dezembro	1.140	3.036

A Companhia passou a adotar o critério de provisionar seus recebíveis vencidos e a vencer de acordo com o CPC 48.

Foram analisados os valores recebidos dos últimos 5 anos para se encontrar as taxas médias de recebimento dos recebíveis vencidos de acordo com a idade e utilizado a média dessas taxas para efetuar a provisão para perdas de crédito esperadas.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que, conforme indicado acima, a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	2022					
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	21.262	21.262	18.272	2.990	-	-
Empréstimos e financiamentos	44.910	51.142	28.754	19.023	3.071	294
Debêntures	44.884	71.855	15.856	27.634	28.365	-
	116.056	144.259	62.882	49.647	31.436	294
Circulante	(52.006)	(64.486)	62.882	-	-	-
Não circulante	64.050	79.773	-	49.647	31.436	294

2021						
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	30.895	30.895	27.187	3.709	-	-
Empréstimos e financiamentos	91.163	111.457	80.356	16.686	11.694	2.721
Debêntures	61.026	75.433	16.122	31.864	27.447	-
	183.084	217.785	123.664	52.258	39.141	2.721
Circulante	(112.267)	(123.664)	123.664	-	-	-
Não circulante	70.817	94.121	-	52.258	39.141	2.721

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de matéria prima, e a venda de produtos. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia não contratou operações relativas a instrumentos financeiros como *hedge* para tais fins. Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022 compreendem unicamente operações em dólares norte-americanos e estão assim apresentados:

		2022		2021	
	Nota	R\$	US\$ (mil)	R\$	US\$ (mil)
Ativo					
Contas a receber de clientes	11	14.270	2.604	8.754	1.569
Total		14.270	2.604	8.754	1.569
		2022		2021	
	Nota	R\$	US\$ (mil)	R\$	US\$ (mil)
Passivo					
Empréstimos e financiamentos US\$	19	262	48	5.076	910
Total		262	48	5.076	910

Análise de sensibilidade de câmbio

A Companhia adota três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravamento do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente.

A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte - americanos com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2022, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Exposição em 2022 R\$	Risco	Câmbio médio	Exposição em 2022 US\$ (mil)	Redução em		Elevação em	
					-50%	-25%	50%	25%
Ativo								
Contas a receber	14.270	Câmbio	5,48	2.604	(7.135)	(3.568)	7.135	3.568
Total	14.270			2.604	(7.135)	(3.568)	7.135	3.568
Passivos								
Empréstimos e financiamentos US\$	262	Câmbio	5,48	48	(131)	(65)	131	65
Total	262			48	(131)	(65)	131	65
Impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido					(7.266)	(3.633)	7.266	3.663
	Exposição em 2021 R\$	Risco	Câmbio médio	Exposição em 2021 US\$ (mil)	Redução em		Elevação em	
					-50%	-25%	50%	25%
Ativo								
Contas a receber	8.754	Câmbio	5,58	1.569	(4.377)	(2.189)	4.377	2.189
Total	8.754			1.569	(4.377)	(2.189)	4.377	2.189
Passivos								
Empréstimos e financiamentos US\$	5.076	Câmbio	5,58	910	(2.538)	(1.269)	2.538	1.269
Total	5.076			910	(2.538)	(1.269)	2.538	1.269
Impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido					(6.915)	(3.457)	6.915	3.457

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia eram:

	2022	2021
Ativo financeiros		
Aplicações financeiras	20.309	3.660
Títulos e valores mobiliários	477	1.018
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	44.910	91.163
Debêntures a pagar	49.884	61.026

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentadas nas tabelas a seguir:

	Exposição 31/12/2022	Risco	Cenários									
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros - Aplicações												
Caixa equivalentes caixa	20.309	CDI	13,25	2.691	16,56	3.363	19,88	4.037	9,94	2.019	6,63	1.346
Títulos e valores imobiliários	477	CDI	13,25	63	16,56	79	19,88	95	9,94	47	6,63	32
Total dos ativos financeiros	20.786			2.754		3.442		4.132		2.066		1.378
Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos												
Capital de giro	(36.329)	CDI	13,25	(4.814)	16,56	(6.016)	19,88	(7.223)	9,94	(3.611)	6,63	(2.410)
Capital fixo	(4.789)	TJLP	7,20	(345)	9,00	(431)	10,80	(517)	5,40	(259)	3,60	(172)
Debêntures	(49.884)	CDI	13,25	(6.610)	16,56	8.261)	19,88	(9.917)	9,94	(4.959)	6,63	(3.307)
Total dos passivos financeiros	(91.002)			(11.769)		(14.708)		(17.657)		(8.829)		(5.889)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(9.015)		(2.251)		(4.510)		2.252		4.504

Fonte: As informações do CDI e TJLP, foram extraídas do site do Banco Central, todas essas com a data-base do último dia útil de dezembro de 2022.

	Exposição 31/12/2021	Risco	Cenários									
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros - Aplicações												
Caixa equivalentes caixa	3.660	CDI	9,15	335	11,44	419	13,73	503	6,86	251	4,58	168
Títulos e valores imobiliários	<u>1.018</u>	CDI	9,15	<u>93</u>	11,44	<u>116</u>	13,73	<u>140</u>	6,86	<u>70</u>	4,58	<u>47</u>
Total dos ativos financeiros	<u>4.678</u>			<u>428</u>		<u>535</u>		<u>643</u>		<u>321</u>		<u>215</u>
Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos												
Capital de giro	(14.836)	CDI	9,15	(1.358)	11,44	(1.697)	13,73	(2.038)	6,86	(1.018)	4,58	(681)
Capital fixo	(4.974)	TJLP	5,32	(265)	6,65	(331)	7,98	(397)	3,99	(198)	2,66	(132)
Debêntures	(61.026)	CDI	9,15	(5.584)	11,44	(6.981)	13,73	(8.379)	6,86	(4.186)	4,58	(2.795)
Total dos passivos financeiros	<u>(80.836)</u>			<u>(7.207)</u>		<u>(9.012)</u>		<u>(10.816)</u>		<u>(5.403)</u>		<u>(3.608)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>(6.779)</u>		<u>(1.698)</u>		<u>(3.394)</u>		<u>1.695</u>		<u>3.385</u>

Fonte: As informações do CDI e TJLP, foram extraídas do site do Banco Central, todas essas com a data-base do último dia útil de dezembro de 2021.

32 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2022	2021
Gestão do capital		
Total do passivo	197.746	254.039
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(27.427)</u>	<u>(6.494)</u>
(=) Dívida líquida (a)	<u>170.319</u>	<u>247.545</u>
Total do patrimônio líquido (b)	<u>84.516</u>	<u>20.371</u>
Relação da dívida líquida sobre o capital ajustado (a/b)	<u><u>2,02</u></u>	<u><u>12,15</u></u>

Fabício Rosa de Morais
Diretor Presidente

Marcelo Di Lello
Contador - CRC 1 SP-326320/O-6